

INQUÉRITO CIVIL
E AÇÃO CIVIL
PÚBLICA

RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA

INQUÉRITO CIVIL
E AÇÃO CIVIL
PÚBLICA



PORTO ALEGRE, 2025

Copyright © 2025 by LEX Editora S/A

*Todos os direitos reservados. É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização do autor.
(Lei 9.610, de 19.02.98 – DOU 20.02.98)*

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Editora responsável: Marlene Imhoff

LEX Editora S/A

Rua Dezoito de Novembro, 423 - Conj. 203

CEP: 90240-040

Porto Alegre/RS

Serviço de Atendimento: (51) 3191-3033

www.lex.com.br

Copidesque: Renato Mello Medeiros

Revisão: Letícia Lima

Capa: Fernanda Napolitano

P436i Pereira, Ricardo José Macedo de Britto
Inquérito civil e ação civil pública / Ricardo José Macedo de Britto Pereira. –
Porto Alegre : LEX, 2025.

15,5x22,5 cm. ; 160 p.
ISBN 978-85-7721-330-6

1. Direito do trabalho. 2. Inquérito civil. 3. Ação civil pública. 4. Tutela coletiva trabalhista. I. Título.

CDU 349.2:347.9

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

O AUTOR

Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho aposentado. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Estágio pós-doutoral pela Cornell University. Doutor pela Universidad Complutense de Madrid. Master of Laws pela Syracuse University. Mestre pela Universidade de Brasília.

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

A coleção *Pock-et-book* chega ao leitor com a intenção de proporcionar uma ferramenta de trabalho e conhecimento que permita a consulta rápida, inteligente e com a qualidade que o modelo da tecnologia atual exige.

Os temas monográficos e a diversidade de autores e pensamentos evitam que a velocidade das alterações legislativas, jurisprudenciais, políticas e sociais possam comprometer a atualidade das obras.

O formato praticamente 100% digital do conteúdo (com impressões esporádicas e sob demanda) viabiliza as atualizações constantes e necessárias para a compreensão dos temas propostos.

O mundo em constante transformação, a aceleração da tecnologia da informação e da comunicação e os vários instrumentos normativos que surgem nos diferentes países impactando, inclusive, a zona de conforto que cada um de nós vive, requer atualizações mais dinâmicas e intercâmbios culturais, políticos, jurídicos e sociais. O mundo não tem fronteiras e reclama que cada um possa ir mais além, justamente pela união dos povos e a cooperação transnacional.

Vivemos no século da sociedade do conhecimento, fundamento este de cada *Pock-et-book* que o leitor poderá absorver!

Thereza Nahas

Coordenadora e autora

PREFÁCIO

Com este livro, Ricardo Pereira apresenta um panorama sobre as principais questões da tutela coletiva trabalhista, um guia para quem atua na área.

O autor reúne sua experiência no Ministério Público do Trabalho, onde passou por todos os graus de atuação. Presidiu inquéritos e propôs ações civis públicas; interpôs recursos em Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho; ocupou funções administrativas, participando de decisões e estratégias voltadas ao aprimoramento institucional. Sua passagem como membro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, por exemplo, permitiu discutir e aprovar diversas normas sobre matérias de interesse da instituição, muitas delas voltadas ao inquérito civil. Aposentou-se recentemente como Subprocurador-Geral, pináculo da carreira.

Percebe-se da leitura do texto, sobretudo na parte referente ao inquérito civil, que o autor não é um mero teórico; ele conhece o Ministério Público do Trabalho. Ao mesmo tempo, a visão acadêmica está presente, especialmente quando trabalha os conceitos de direitos transindividuais e de ação coletiva. A experiência como professor titular e pesquisador de pós-graduação faz com que o livro, ainda que voltado para a prática, apresente densidade teórica.

Mesmo sendo um acadêmico estabelecido no Brasil e professor titular, Ricardo não deixou o seu lado de estudante esmorecer. Depois de quase vinte anos de conclusão de seu doutoramento na Complutense de Madrid, o autor frequenta cursos e desenvolve pesquisas nos Estados Unidos. Terminou há pouco o seu *Master of Laws* e agora cursa o seu segundo doutorado. Tive o prazer de ser seu professor no mestrado e hoje a honra de orientá-lo no doutorado. A tese do seu primeiro doutorado, aprovada com louvor, foi publicada na Espanha em forma de livro. Espero o mesmo nível de excelência agora. Não aceitarei nada menos. Nem ele.

Tenho dedicado especial atenção às ações coletivas e participado de iniciativas legislativas em vários países. Apesar de o microsistema de tutela coletiva estar consolidado no Brasil, as investidas políticas contra sua efetividade e os ataques visando ao seu enfraquecimento são constantes. As ações coletivas incomodam porque são efetivas: elas interferem com o controle e o poder de grandes grupos que operam de forma lucrativa com a macrolesão de direitos.

O estudo sobre o tema, ainda que provoque controvérsias, é uma forma de despertar reações a essas macroviolações – em perspectiva de grupo e não de seus integrantes individualizados. Este livro oferece essa contribuição para os profissionais da área trabalhista ao proporcionar ferramentas para bem manejar o inquérito civil e a ação coletiva.

Antonio Gidi

Professor de Direito Processual Civil, Responsabilidade Civil e Ações Coletivas
na Faculdade de Direito da Universidade de Syracuse, Nova Iorque.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. INTERESSES E DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS.....	17
1.1. Acepções do termo interesse.....	17
1.2. Interesses e direitos subjetivos.....	18
1.3. Interesses legítimos e interesse público.....	20
1.3.1. Interesses legítimos.....	20
1.3.2. Interesse público. Considerações gerais. Interesse público primário e secundário.....	21
1.3.3. Interesse público que justifica a atuação do Ministério Público.....	23
1.4. Interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	24
1.4.1. Surgimento e consolidação normativa da tutela coletiva de direitos e interesses.....	24
1.4.2. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos como espécie do gênero coletivo.....	28
2. INQUÉRITO CIVIL.....	33
2.1. Inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Trabalho.....	33
2.1.1. Localização e estrutura do Ministério Público na Constituição de 1988.....	33
2.1.2. Princípios institucionais do Ministério Público.....	34
2.1.3. Funções institucionais do Ministério Público.....	35
2.1.4. Ministério Público do Trabalho. Previsão do Ministério Público do Trabalho nas Constituições e nas leis.....	36
2.1.5. O Ministério Público do Trabalho na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.....	37
2.2. Considerações gerais sobre o inquérito civil trabalhista.....	39
2.3. Instauração.....	40
2.4. Instrução do Inquérito civil no Ministério Público do Trabalho.....	42
2.5. Conclusão dos procedimentos e inquéritos.....	43
2.6. Competência para julgar eventuais medidas judiciais contra ato do Procurador no inquérito civil.....	44

3. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC)	45
3.1. Considerações gerais	45
3.2. Legitimidade para a celebração do TAC	47
3.3. Natureza jurídica	48
3.4. Conteúdo do TAC	50
3.5. Alterações do conteúdo do TAC após a celebração	52
3.6. TAC e fiscalização trabalhista	53
3.7. Multa, indenizações e destinação dos valores	53
3.8. Acompanhamento de TAC e arquivamento	54
4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA	57
4.1. Denominação	57
4.2. Conceito	59
4.3. Propositura da ACP trabalhista	60
4.4. Objeto da ACP trabalhista	63
4.4.1. Amplitude do objeto da ação civil pública	63
4.4.2. A exigibilidade, correção e promoção de políticas públicas por meio de ação civil pública	66
4.4.3. Ações civis públicas que tenham por objeto convenções e acordos coletivos de trabalho que violam o ordenamento jurídico	68
4.5. Rito processual da ACP trabalhista	69
4.6. Legitimidade ativa e passiva. Legitimidade ordinária e extraordinária	71
4.6.1. Legitimidade ativa para a ação civil pública	71
4.6.2. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa de interesses e direitos coletivos	73
4.6.3. Legitimidade dos sindicatos para a ação civil pública	75
4.6.4. Legitimidade passiva. A participação do réu. Contraditório e defesa	79
4.6.5. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	80
4.7. Competência para a ACP trabalhista	84
4.8. Litispendência, conexão e continência na ACP trabalhista	88
4.9. Desistência da ACP trabalhista	91
4.10. Tutelas de urgência na ACP trabalhista	92
4.11. Fase probatória. Inversão do ônus da prova. Provas produzidas no inquérito civil	97
4.11.1. Inversão do ônus da prova	97

4.11.2. Provas colhidas no inquérito civil e procedimentos preliminares	100
4.12. Prescrição na ACP trabalhista.....	102
4.13. Conciliação em Juízo na ACP trabalhista.....	108
4.14. Multas	109
4.14.1. Hipóteses e momento de aplicação	110
4.14.2. Exigibilidade da multa concedida liminarmente após o trânsito em julgado. Defasagem da norma	112
4.14.3. Regularização tardia da situação em desconformidade com o ordenamento jurídico e exigência da multa	117
4.14.4. Beneficiário da multa nas ações civis públicas para a reparação de interesses e direitos individuais homogêneos	118
4.15. Sentença na ACP trabalhista.....	119
4.15.1. Considerações gerais.....	119
4.15.2. As modalidades de tutela dos direitos no processo civil contemporâneo	121
4.15.3. Gratuidade, sucumbência e honorários advocatícios.....	125
4.16. Dano moral individual e coletivo na ACP trabalhista	128
4.16.1. Considerações gerais sobre o dano moral individual e coletivo.....	128
4.16.2. Dano moral coletivo.....	129
4.16.3. Dano social e <i>dumping</i> social.....	135
4.17. Destinação das indenizações e multas na ACP trabalhista	138
4.18. Coisa julgada na ACP trabalhista	140
4.18.1. Considerações gerais.....	140
4.18.2. Improcedência dos pedidos por insuficiência de prova.....	143
4.18.3. Limitação dos efeitos da coisa julgada à competência territorial do órgão prolator da decisão. Inconstitucionalidade	144
4.19. Liquidação e Execução na ACP trabalhista.....	145
4.19.1. Considerações gerais.....	145
4.19.2. Cumprimento das obrigações de fazer e não fazer.....	147
4.19.3. Os legitimados para a ação civil pública e a liquidação e execução da condenação de reparação individualizada que beneficia as vítimas.....	149
4.19.4. Resíduo não executado individualmente.....	151
4.19.5. Prazo de suspensão da ação individual, para beneficiar-se da tutela coletiva ...	152
4.19.6. Competência para a liquidação e a execução.....	153
Referências	155